

**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCURADORIA GERAL**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as lacunas a seguir:

<i>Nome</i>																			
<i>Nº de Identidade</i>								<i>Órgão Expedidor</i>				<i>UF</i>		<i>Nº de Inscrição</i>					
<i>Prédio</i>																		<i>Sala</i>	

**ADVOGADO
QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

ATENÇÃO

- Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 08 (oito) questões do tipo múltipla escolha.*
- Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- Para registrar sua resposta às alternativas escolhidas (questões de múltipla escolha), você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Ao receber o Cartão-Resposta, verifique se o Número de Inscrição impresso coincide com o seu Número de Inscrição.*
- As bolhas do Cartão-Resposta para as questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- Você dispõe de tempo suficiente para responder a Prova (questões de Múltipla Escolha e Discursivas) e para o preenchimento do Cartão-Resposta (múltipla escolha). O tempo de Prova está dosado, de modo a permitir fazê-los com tranquilidade.*
- Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

01. No que diz respeito a Controle de Constitucionalidade, considere:

- I. O controle de constitucionalidade abstrato encontra-se sujeito ao denominado princípio do pedido. Isso significa que o Poder Judiciário somente pode exercer a fiscalização da validade das leis em abstrato quando provocado, não por iniciativa própria.
- II. O Supremo Tribunal Federal entende que o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal e o Procurador Geral da República são os únicos legitimados que possuem capacidade processual plena e dispõem de capacidade postulatória.
- III. Para o STF, a aferição da legitimidade deve ser feita no momento da propositura da ação, e a perda superveniente de representação do partido político no Congresso Nacional não o desqualifica como legitimado ativo para a ação direta de inconstitucionalidade.
- IV. O relator da ADI, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observando o prazo de 10 dias, a manifestação do *amicus curiae*.
- V. O Advogado Geral da União é legitimado ativo, isto é, pode propor todas as ações do controle abstrato, podendo, ainda, opinar nas ações por ele propostas, inclusive pela improcedência da ação.

Nesses casos, é **CORRETO** o que consta em

- A) II e V. B) I, II e V. C) II e III. D) III, IV e V. E) I e III.

02. Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não há, no nosso sistema constitucional, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto.
- B) Em caso de iminente perigo, o poder público pode usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior.
- C) A concessão de habeas corpus não obstará nem porá termo ao processo, se não estiver em conflito com os fundamentos daquela.
- D) O direito de sufrágio é bem mais amplo que o direito de voto, pois contém, em seu bojo, a capacidade eleitoral ativa e a passiva.
- E) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

03. Acerca das fontes primárias da desapropriação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A lei determinará a maneira para a desapropriação sempre por necessidade e utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, salvaguardando os casos previstos na Constituição.
- B) A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade e utilidade pública, observando sempre o interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- C) A instauração do procedimento legal para a desapropriação deverá ater-se sempre em razão do interesse comunal, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- D) A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade e utilidade pública, observando sempre o interesse social, mediante justa e prévia indenização em pecúnia, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- E) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

04. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Incube ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- B) Para que o ato administrativo seja válido, o seu objeto deve ser lícito, possível, determinado ou determinável.
- C) As margens de rios navegáveis são de domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas de indenização.
- D) O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo que conterà a autorização respectiva, e ao qual serão juntados, entre outros documentos: original ou cópia autenticada das propostas e dos documentos que as instruírem, atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação.
- E) No exercício da atividade de polícia, pode a Administração atuar mediante atos normativos, portarias, resoluções, decretos, regulamentos, e atos concretos – multa, licenças, autorizações.

05. Com base no ordenamento jurídico brasileiro,

- I.** Considera-se possuidor todo aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- II.** A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas o possuidor direto não pode defender sua posse contra o indireto.
- III.** Considera-se de má fé a posse quando há vício ou obstáculo que impeça a aquisição da coisa, mesmo que esse vício ou obstáculo seja ignorado pelo possuidor.
- IV.** Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e II. B) I, II e IV. C) I e IV. D) II e III. E) II, III e IV.

06. Julgue as afirmativas a seguir e assinale a CORRETA.

- A) Aquele que exercer, por 5 anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- B) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
- C) O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração, mas não, a percepção dos frutos.
- D) É nulo de pleno direito o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- E) O credor da hipoteca legal, ou quem o represente, não poderá, mesmo provando a insuficiência dos imóveis especializados, exigir do devedor que seja reforçado com outros.

07. Assinale a assertiva CORRETA.

- A) De acordo com o CPC, são auxiliares do juízo apenas o escrivão, o delegado de polícia, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete.
- B) Extingue-se o.;
- C) Cessa a eficácia da medida cautelar, se não for executada dentro de 15 dias.
- D) O juiz, titular ou substituto que concluir a audiência sempre julgará a lide.
- E) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

08. Assinale a assertiva INCORRETA.

- A) Dispõe o CPC que a procuração pode ser assinada digitalmente, com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica.
- B) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme, para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- C) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.
- D) Contra o revel que não tenha patrono nos autos, não correrão os prazos, devendo este ser intimado a partir da publicação de cada ato decisório.
- E) Não dependem de prova os fatos notórios.